

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.487 - SP (2019/0276333-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ERMENEGILDO NAVA
ADVOGADO : ERMENEGILDO NAVA - SP153982
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO ENRIQUE BORGES MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. REPRIMENDA FIXADA EM 1 ANO E 8 MESES. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. RÉU PRIMÁRIO. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO § 4.º DO ART. 33 DA DA LEI N.º 11.343/2006 EM SEU GRAU MÁXIMO. MODO CARCERÁRIO FECHADO. INCONSTITUCIONALIDADE. ENTENDIMENTO FIXADO EM 27/06/2012, PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, AO JULGAR O HC N.º 111.840/ES, REL. MIN. DIAS TOFFOLI. ESTABELECIMENTO DO REGIME INICIAL ABERTO. ARTS. 33, § 2.º, ALÍNEA C, E § 3.º, C.C. O 59, TODOS DO CÓDIGO PENAL. SÚMULAS N.ºs 718 E 719 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E 440 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITOS. CABIMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIXADO PELA TERCEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO ERESP N.º 1.619.087/SC, RATIFICADO NO HC N.º 435.092/SP. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PELA CONCESSÃO DA ORDEM, DE OFÍCIO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUSTAVO ENRIQUE BORGES MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na Apelação Criminal n.º 0001319-47.2017.8.26.0603.

Extrai-se dos autos que o Paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, como incurso no art. 33, *caput*, e § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006, às penas de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor unitário mínimo legal, pois surpreendido com "36 (trinta e seis) eppendorfs contendo 30,25 gramas da substância denominada

Superior Tribunal de Justiça

cocaína" (fl. 11).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual a Corte de origem negou provimento (fls. 41-55).

Neste *writ*, a parte Impetrante alega, em síntese, que o regime inicial fechado foi fixado apenas com base na gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas, em afronta, assim, ao entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade do art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/1990 e ao enunciado da Súmula n.º 718/STF.

Salienta que as circunstâncias judiciais foram consideradas todas favoráveis e que a sentença reconheceu a primariedade do Réu e, principalmente, que o Paciente não se dedicava a atividades criminosas e nem integrava organização criminosa, motivo pelo qual foi imposta a pena mínima.

Ressalta, ademais, que:

"[...] no âmbito do STF e do STJ, em relação ao tráfico privilegiado, a jurisprudência se consolidou para diferenciá-lo do tráfico em sua forma fundamental, tratando-o como delito não assemelhado a hediondo, sempre que preenchidos os requisitos do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, com a clara possibilidade de fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos aos delitos da Lei nº 11.343/06."(fl. 13)

Requer, liminarmente, a suspensão do mandado de prisão expedido em desfavor do Paciente até o julgamento deste *habeas corpus*, ou, então, que seja determinada à Corte estadual a reapreciação do regime inicial de cumprimento de pena, segundo o disposto no art. 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal. No mérito, pleiteia a concessão da ordem para *"afastar a hediondez do crime em exame, e, fixar, de pronto, o correto regime inicial aberto, nos moldes do art. 33, § 2º, 'c', do CP"* (fl. 23), ou, então, para determinar *"à 15ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP, que reaprecie a aplicação do regime inicial de cumprimento de pena, segundo o disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do CP"* (*ibidem*).

Deferi a liminar às fls. 74-81, para fixar o regime inicial aberto e determinar ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, de imediato, fixasse as condições para o cumprimento da pena no regime arbitrado e estabelecesse as sanções restritivas de direitos, em substituição à reprimenda reclusiva, cujo início de cumprimento

Superior Tribunal de Justiça

condicionou-se ao eventual trânsito em julgado da condenação.

As informações foram dispensadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 89-97, pela extinção do feito sem resolução do mérito, mas pela concessão da ordem, de ofício, conforme parecer assim ementado (fl. 89):

"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. MANEJO DO WRIT COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS 'PRIVILEGIADO'. IMPOSIÇÃO DE REGIME INICIAL MAIS RIGOROSO (FECHADO) E NEGATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE PENAS COM BASE EXCLUSIVAMENTE NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. PRIMARIEDADE. MODO PRISIONAL INICIAL ABERTO QUE SE MOSTRA MAIS ADEQUADO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ÓBICE À CONVERSÃO DE PENAS. ART. 44 DO CÓDIGO PENAL. PARECER PELA EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, MAS COM A CONCESSÃO DA ORDEM, DE OFÍCIO."

É o relatório. Decido.

A pretensão meritória também deve ser acolhida.

No caso, na parte que interessa, consta a seguinte fundamentação na sentença condenatória – no que foi corroborado pelo Tribunal *a quo* ao nega provimento à apelação defensiva – (fls. 39-40; sem grifos no original):

"Passo à fixação da pena do réu.

No que toca as circunstâncias previstas no artigo 59, do Código Penal, tendo em vista que o réu é primário e não possui maus antecedentes, nada há que justifique a fixação da pena acima do mínimo legal, motivo pelo qual fixo a pena-base em 05 anos de reclusão e multa no valor de 500 dias-multa.

Inexistem circunstâncias agravantes ou atenuantes aplicáveis ao caso.

Deve ser aplicada ao caso a causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06, vez que o réu é primário, de bons antecedentes, e não há provas inequívocas de que se dedique às atividades criminosas e esteja envolvido com o crime organizado. O ônus da prova era da acusação, o qual não se verificou cumprido. A fração de diminuição deve considerar as circunstâncias do caso concreto, o que mostra como justa e suficiente a redução pelo máximo previsto, ou seja, 2/3, face a natureza da droga (cocaína) e a quantidade apreendida (30,25 gramas). Diminuo, portanto, a pena para 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e multa no valor de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, fixada no patamar mínimo de 1/30 do salário mínimo.

Inexistem outras causas de aumento ou de diminuição de pena

Superior Tribunal de Justiça

a se aplicar.

Tratando-se de crime equiparado a hediondo (art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90), o réu iniciará o cumprimento de sua pena no regime fechado, bem como inviável a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena, seja por conta de estarem ausentes os requisitos previstos nos artigos 44, inciso III, e 77, inciso II, ambos do Código Penal, seja porque o art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90 estabelece que a reprimenda por crime de tráfico de drogas deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, seja, finalmente, porque o art. 44, 'caput', da Lei nº 11.343/2006, é expresso ao proibir referido benefício, bem como não se considerar como apta para retribuição e prevenção da pena, a mencionada substituição no presente caso. Filio-me ao entendimento que sustenta a constitucionalidade de tais dispositivos, pelas seguintes razões, algumas delas retiradas da Arguição de Inconstitucionalidade no HC 120.353-SP, julgada em 04.11.2009 pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, Rel. originário Min. Og Fernandes, Rel. para acórdão Min. Ari Pargendler: i) o art. 5º, inciso XLVI, da CF/88, determina que a lei regulará a individualização da pena; ii) o art. 5º, inciso XLIII, da CF/88, estabelece que a lei deverá dispensar tratamento mais gravoso ao crime em questão, destacando também a importância da repressão a esse delito no art. 5º, inciso LI, o qual autoriza a extradição de brasileiro naturalizado comprovadamente envolvido com tráfico de drogas; iii) é perfeitamente possível que o legislador ordinário proíba a substituição da pena por restritiva de direitos, tanto que o art. 44, do CP, veda o benefício para todos os crimes praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou com pena superior a 04 anos, ou, ainda, no caso de ser o agente reincidente em crime doloso; iv) o Brasil assinou tratados internacionais se comprometendo a combater o tráfico de drogas; v) o crime de tráfico de drogas, além de ser equiparado a hediondo e ser a principal causa de inúmeros outros delitos patrimoniais, gera efeitos nefastos para a sociedade e para as famílias de bem, de modo que a concessão do benefício, além de ser, no meu entender, incompatível com a sua gravidade, não se mostraria suficiente para a prevenção ou reprovação do delito (CP, art. 59, in fine), gerando ofensa ao disposto no art. 44, III, do CP, além de verdadeira sensação de impunidade nesta interiorana cidade de Buritama-SP. Deixo de aplicar o artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal, vez que não há nos autos informações mínimas para a análise objetiva da situação carcerária do réu, bem como para a averiguação dos aspectos subjetivos, o que também é requisito para a detração."

Como se vê, o Magistrado singular, além de a) fixar regime carcerário mais gravoso, b) obstaculizou a substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos.

Há ilegalidade nesses dois pontos.

Superior Tribunal de Justiça

Primeiramente, o estabelecimento de regime carcerário mais gravoso, no caso, é, em absoluto, inidôneo.

O Tribunal de origem deixou de aplicar entendimento fixado, em 27/06/2012, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o HC n.º 111.840/ES, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, quando a Corte declarou incidentalmente, por maioria, a inconstitucionalidade do § 1.º, do art. 2.º, da Lei n.º 8.072/90 (redação dada pela Lei n.º 11.464/07) e afastou a obrigatoriedade apriorística de se fixar o regime inicial fechado para os condenados por tráfico.

Confira-se a ementa do julgado:

"Habeas corpus. Penal. Tráfico de entorpecentes. Crime praticado durante a vigência da Lei nº 11.464/07. Pena inferior a 8 anos de reclusão. Obrigatoriedade de imposição do regime inicial fechado. Declaração incidental de inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90. Ofensa à garantia constitucional da individualização da pena (inciso XLVI do art. 5º da CF/88). Fundamentação necessária (CP, art. 33, § 3º, c/c o art. 59). Possibilidade de fixação, no caso em exame, do regime semiaberto para o início de cumprimento da pena privativa de liberdade. Ordem concedida.

1. Verifica-se que o delito foi praticado em 10/10/09, já na vigência da Lei nº 11.464/07, a qual instituiu a obrigatoriedade da imposição do regime inicialmente fechado aos crimes hediondos e assemelhados.

2. Se a Constituição Federal menciona que a lei regulará a individualização da pena, é natural que ela exista. Do mesmo modo, os critérios para a fixação do regime prisional inicial devem-se harmonizar com as garantias constitucionais, sendo necessário exigir-se sempre a fundamentação do regime imposto, ainda que se trate de crime hediondo ou equiparado.

3. Na situação em análise, em que o paciente, condenado a cumprir pena de seis (6) anos de reclusão, ostenta circunstâncias subjetivas favoráveis, o regime prisional, à luz do art. 33, § 2º, alínea b, deve ser o semiaberto.

4. Tais circunstâncias não elidem a possibilidade de o magistrado, em eventual apreciação das condições subjetivas desfavoráveis, vir a estabelecer regime prisional mais severo, desde que o faça em razão de elementos concretos e individualizados, aptos a demonstrar a necessidade de maior rigor da medida privativa de liberdade do indivíduo, nos termos do § 3º do art. 33, c/c o art. 59, do Código Penal.

5. Ordem concedida tão somente para remover o óbice constante do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, com a redação dada pela

Superior Tribunal de Justiça

*Lei nº 11.464/07, o qual determina que '[a] pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado'. **Declaração incidental de inconstitucionalidade, com efeito ex nunc, da obrigatoriedade de fixação do regime fechado para início do cumprimento de pena decorrente da condenação por crime hediondo ou equiparado.*** (sem grifos no original.)

Na ocasião, estabeleceu o Supremo Tribunal Federal que o § 1.º do art. 2.º da Lei nº 8.072/90 vai de encontro ao princípio constitucional da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República, porquanto cabe ao Magistrado particularizar a reprimenda do condenado, conforme as circunstâncias do caso concreto. No ponto, transcrevo os seguintes fundamentos do voto do Ministro Relator DIAS TOFFOLI, *in verbis*:

"No inciso XLIII do rol das garantias constitucionais – artigo 5º - afastam-se, tão somente, a fiança, a graça e a anistia, assegurando-se, em inciso posterior (XLVI), de forma abrangente, sem excepcionar essa ou aquela prática delituosa, a individualização da pena. No tocante ao tema, assinalo que, a partir do julgamento do HC nº 82.959/SP (Tribunal Pleno, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ de 1º/9/06), esta Corte Suprema passou a admitir a possibilidade de progressão de regime aos condenados pela prática de crimes hediondos, dada a declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90. Tal possibilidade veio a ser acolhida posteriormente pela Lei nº 11.464/07, que modificou a Lei nº 8.072/90, positivando-se, desse modo, a possibilidade da mencionada progressão. Contudo, como já dito, essa lei estipulou que a pena imposta pela prática de qualquer dos crimes nela mencionados fosse, obrigatoriamente, cumprida inicialmente no regime fechado. Tal como já indagado no julgamento do HC nº 82.959/SP, tinha e tem o legislador ordinário poder para isso estabelecer? A minha resposta é negativa. Destarte, tenho como inconstitucional o preceito do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/90, o qual foi modificado pela Lei nº 11.464/07."

Assim, independentemente do caráter hediondo do crime, considerada a pena definitiva imposta – 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão –, a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, a primariedade do Réu e a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da Lei de Drogas no grau máximo, incidem, no caso, as regras previstas no art. 33, § 2.º, alínea c, e § 3.º, do Código Penal, as quais dispõem, respectivamente, que "o condenado não reincidente, cuja pena seja

Superior Tribunal de Justiça

igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto" e que *"a determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código".*

Dessa forma, o regime prisional que deveria ter sido fixado inicialmente é o aberto, pois *"fixada a pena em seu mínimo legal, inferior a 4 (quatro) anos, não sendo caso de reincidência, e não havendo circunstância judicial desfavorável, tal como reconheceu o acórdão impugnado, não há falar em adoção do regime inicial semiaberto, **se o próprio paradigma legal permite a adoção do regime inicial aberto** (art. 33, § 2º, c e § 3º c/c art. 59, CP)"* (STF, HC 83.613/SP, Rel. Ministra ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJ de 30/04/2004).

Destaco, ainda, a jurisprudência consolidada nos enunciados das Súmulas n.ºs 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente:

"A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada."

"A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea."

"Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito."

Relativamente à possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, cumpre consignar que a Suprema Corte, nos autos do HC n.º 97.256/RS, julgou inconstitucional a vedação contida no § 4.º do art. 33 e também no art. 44 da Lei n.º 11.343/2006. Essa circunstância culminou na edição da Resolução n.º 05/2012 do Senado Federal, na qual foi suspensa a execução da parte final do art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006.

Assim, considerado ainda o entendimento desta Corte de que, no caso de réu *"primário, com pena-base fixada no mínimo, a apreensão de quantidade não considerável de entorpecentes não constitui elemento apto a justificar a imposição do regime prisional mais severo ou o indeferimento da substituição da pena privativa de*

Superior Tribunal de Justiça

liberdade por restritiva de direitos" (AgRg no HC 429.786/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 06/06/2018), não se justifica impedir a substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos.

No mais, cabe a advertência às instâncias ordinárias de que a *"Terceira Seção desta Corte pacificou o entendimento de não ser possível a execução provisória de penas restritivas de direitos, conforme disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal (ERESP 1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017)"* (HC 417.483/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 01/12/2017).

Ressalto que essa orientação foi reafirmada pela Seção Criminal desta Corte em recente julgamento, assim ementado:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. 1. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PELO STF. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. NÃO POSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEP. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA À SÚMULA VINCULANTE 10/STF. 3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. CF/88, ART. 97. VIGÊNCIA DA LEI 7.210/1984 (ART. 147). 4. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. CONCESSÃO DA ORDEM MANTIDA.

1. O fato de haver decisões monocráticas ou de órgãos fracionários do Supremo Tribunal Federal considerando que o entendimento firmado no Agravo em Recurso Especial n. 964.246/SP, submetido ao rito da repercussão geral, abrange também a execução provisória de penas restritivas de direitos, não enseja, data venia, a retratação do julgado. A diretriz firmada em repercussão geral não faz referência ao disposto no art. 147 da Lei de Execuções Penais, o qual se mantém hígido e não pode deixar de ser aplicado pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de violação da cláusula de reserva de plenário.

2. De outra parte, há pronunciamento expresso da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp 971.249/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 28/11/2017) no sentido da vigência do art. 147 da LEP, não vislumbrando o Órgão máximo deste Tribunal razão para afastar o dispositivo em tela por inconstitucionalidade ou 'interpretação conforme'. Este dado é muito importante no caso concreto, em que se pretende que a Terceira Seção reveja sua posição consolidada (ERESP. 1.619.087/SC, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 24/08/2017) e oferte interpretação 'conforme' ou

Superior Tribunal de Justiça

'inconstitucionalidade por arrastamento', contrariando, todavia, a diretriz da Corte Especial supramencionada. Dessa forma, enquanto não houver declaração expressa de inconstitucionalidade do referido comando normativo, quer pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal quer pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (CF/88, art. 97), não é possível deixar de aplicá-lo, sob pena de violação da Súmula Vinculante n. 10 do Pretório Excelso. Doutrina e jurisprudência.

3. Em suma: a) o Supremo Tribunal Federal, ao tratar sobre a execução provisória da pena, no HC n. 126.292/SP, no ARE n. 964.246/SP e nas Ações Diretas de Constitucionalidade 43 e 44, decidiu apenas acerca da pena privativa de liberdade, nada dispondo sobre as penas restritivas de direito; b) somente em sede de tutela cautelar nas aludidas ADCs é que foi examinado o art. 283 do CPP e não houve, na ocasião, qualquer arrastamento quanto ao art. 147 da Lei 7.210/1984; c) ao tempo em que vigorava o entendimento de ser possível a execução provisória da pena (até 05/02/2009, com o julgamento do HC 84.078/MG), como agora, a Suprema Corte não a autorizava para as penas restritivas de direito. Precedentes do STF e do STJ; d) incidência, portanto, na espécie, da Súmula Vinculante n. 10.

4. Agravo regimental a que se nega provimento, para manter a concessão da ordem. Aplicação do disposto no art. 1.041 do NCPC, c/c art. 3º do CPP. Retorno dos autos à Vice-Presidência do STJ." (AgRg no HC 435.092/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Rel. p/ acórdão Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/10/2018, DJe 26/11/2018.)

Assim, no caso, nem sequer a execução provisória da pena pode ser iniciada, caso a condenação não seja definitiva.

Por todos esses fundamentos, concluo que o entendimento dos órgãos de instância inferior – além de ser manifestamente inconstitucional e ilegal –, por ser expressamente contrário ao posicionamento do STF e do STJ, **ofende diretamente a principal função jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça, qual seja, a de unificar a aplicação do direito federal.**

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para ratificar a decisão liminar em que estabeleci o regime inicial ABERTO e DETERMINEI ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, *incontinenti*, fixasse as condições para o cumprimento da pena no regime determinado e estabelecesse as sanções restritivas de direitos, em SUBSTITUIÇÃO à reprimenda reclusiva, cujo início de cumprimento condiciona-se ao eventual trânsito em julgado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

